

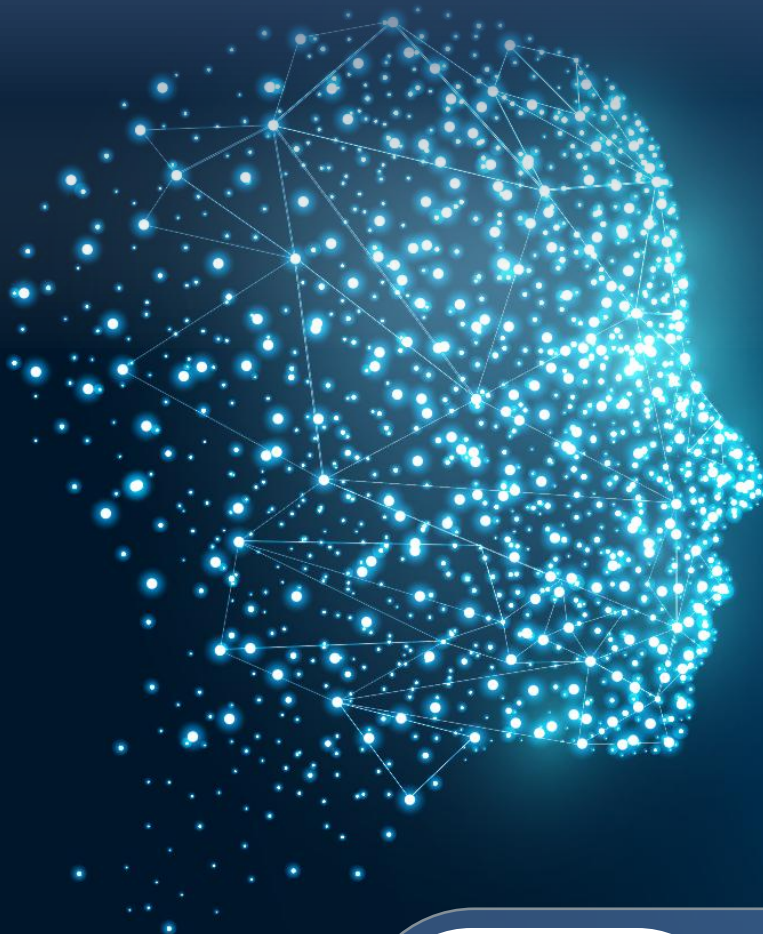
**EXECUTIVE
EDUCATION**



FORMAÇÃO AVANÇADA

FORMAÇÃO
ONLINE POR
VIDEOCONFERÊNCIA

AI ACT: a nova lei de Inteligência Artificial



➔ **2026
26 OUT***

INFORMAÇÕES

Catarina Santos

c.santos@ifb.pt

+351 217916293**

* As formações calendarizadas funcionam com um número mínimo e máximo de formandos, pelo que, a realização das mesmas encontra-se sujeita a confirmação.

AI ACT: a nova lei de Inteligência Artificial



FORMAÇÃO AVANÇADA



DESTINATÁRIOS:

Executivos, Responsáveis pelo Cumprimento Normativo, Membros da Direção de Topo com responsabilidades na área de implementação de programas de Compliance, Compliance Officers, Auditores Internos e Externos, Profissionais de Ética Empresarial, Advogados, Profissionais de RH, e, em geral, interessados no tema da implementação e regulamentação de sistemas de IA.

DURAÇÃO: 3 horas

HORÁRIO: 09h30 – 12h30

PREÇÁRIO:

Associados APB: 247 € | Tabela Geral: 284 €

DOCENTE: João Luz Soares

Licenciado e Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pós-Graduado em Corporate Governance (FDL), Pós-Graduado em Banca, Bolsa e Seguros (IBBS- FDUC) Pós-Graduado em Direito do Trabalho (IDET-FDUC).

Doutorando Nova School of Law, a desenvolver a sua pesquisa em Inteligência Artificial e Prevenção de Branqueamento de Capitais.

Professor Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona de Lisboa, lecionando a cadeira de Ciência Política e Direito Constitucional, Direito Penal III e Direito do Consumo e Professor Convidado do Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa.

Advogado com experiência nas áreas de Direito Penal Económico, Direito Bancário e Financeiro, Direito Contencioso, Direito Penal, Direito Empresarial e Direito Imobiliário.

Desempenha, atualmente, funções de Advogado Coordenador na RSA - Raposo Subtil e Associados, Sociedade de Advogados, desde 2013 e é, desde 2020, coordenador do núcleo de *compliance* empresarial.

PROGRAMA

1. Tipos de IA e conceitos fundamentais;
2. Compreensão do cenário regulatório relacionado à IA
3. A nova Lei de Inteligência Artificial
 - Estrutura e objetivos essenciais;
 - Princípios;
 - Âmbito de aplicação material, territorial e temporal de aplicação;
4. Classificação de Sistemas de IA: sistemas de risco inaceitável, elevado e de risco limitado e mínimo
5. Modelos de finalidade geral
6. Práticas Proibidas
 - Avaliação de risco;
 - Proibição dos sistemas de categorização biométrica;
 - Proibição de sistemas e reconhecimento de emoções, policiamento preditivo, pontuação social;
 - Proibição de sistemas de identificação biométrica (RBI) pelas autoridades policiais;
 - Requisitos para os GPAl;
 - Fenómenos de Deep Fake;
7. Supervisão
8. Necessidade de Compliance para a IA



FULL MEMBER OF

